

Seminário **Juventude Juventudes: presente e devir**
Fundap em 31 de março de 2010

**O jovem e o adolescente na cena social:
a relação identificação, ato e inserção no grupo social**

Texto relativo à exposição feita por

Miriam Debieux Rosa

Psicanalista. Professora-doutora de psicologia na USP. Coordena o Laboratório "Psicanálise e Sociedade" e o Projeto Migração e Cultura. Professora da PUC/SP, compõe a coordenação do Núcleo de Estudos e Pesquisa "Violências: sujeito e política".

A juventude e adolescência têm ocupado o foco de atenção e preocupações por parte da sociedade. O termo “juventude” tem sido utilizado preferencialmente na sociologia, enquanto a palavra adolescência é mais enfatizada no campo psicológico. Como assinala Matheus (2007), a sociologia aborda a articulação entre a experiência subjetiva e os processos sociais, culturais e econômicos dos séculos XX e XXI. Nessa tarefa aproxima-se do saber psicológico que, por sua vez, busca detectar as operações subjetivas que possibilitam o pertencimento e reconhecimento do jovem como membro da cena social. É campo interdisciplinar que trabalha na delicadeza de um recorte etário arbitrário, homogeneizador ou naturalizado como pertinente, passível de manipulações, alerta Bourdieu (1983). No entanto, segundo o autor, pode ser um objeto relevante de pesquisa uma vez que há tensões na transmissão do poder do campo social para o jovem.

Para nossa análise e articulação do jovem na cena social vamos primeiramente focalizar o imaginário social criado a seu respeito para, assim ancorada, detectar as operações subjetivas e sociais que possibilitam o pertencimento e reconhecimento do jovem como membro da cena social e que dependem das condições e estratégias oferecidas pelo

discurso e campo social. Pretendo ressaltar que a consideração das operações subjetivas pode iluminar algumas direções para as políticas públicas voltadas para a juventude.

1. O adolescente e o jovem no imaginário social

O *imaginário social* é um dispositivo que auxilia o diálogo interdisciplinar no campo de pesquisa relativo à juventude e adolescência. Segundo Castorialis (1988), é o conjunto de significações, normas e lógicas que determinam o lugar concreto que os indivíduos ocupam na sociedade. Esse conceito permite superar o de ideologia, na medida em que este último, ao definir crenças, também atribui um caráter falso às mesmas, enquanto o imaginário social envolve, na própria definição, sua índole de criação real e, ao mesmo tempo, de lugar de entrecruzamentos de ideais, cuja substância é tanto histórico-social como político-libidinal. Tais lugares permitem hipotetizar de que forma tais "realidades" ou fantasias dos grupos sociais (Aulagnier, 1979) produzem discursos e atribuem lugares específicos ao jovem no imaginário social e parental. Esse dispositivo permite destacar, pelos enunciados e pela enunciação presentes na cena social, os referentes fundamentais da organização social e psíquica. Estes atribuem, em nome do simbólico, lugares específicos ao jovem, lugares estes que naturalizam implicitamente fatores vários como as leis, as lógicas instauradas quanto à política de distribuição de bens e de poder, bem como questões de gênero e de extrato social, entre outras.

Dar visibilidade ao imaginário social, veiculado através dos discursos midiáticos, assim como pelos discursos dos campos psi e jurídico, auxilia a compreender a constituição subjetiva, pois as problemáticas do sujeito em relação ao campo simbólico resultam do modo como se estruturam os laços sociais, não somente na atualidade, mas também na história. No atual período, a estratégia de convencimento desses discursos toma forma cientificista, apresentando-se com aparente objetividade e dispensando a apreciação do sujeito (Rosa, 2009).

Zizek (1991) alerta que, enquanto a ciência não se precaver contra a imbricação de seus enunciados com os discursos midiáticos produzidos em torno desses mesmos enunciados, corre o risco de entrar no rol do que chamou de "fantasia social". O autor, ao articular ideologia e fantasia, promove uma ampla reconfiguração do conceito de crítica da

ideologia e transforma a fantasia em categoria central do político. A fantasia social leva à objetividade fantasmática, à ideologia, definida como “[...] uma fantasia social que estrutura a determinação do valor e da significação da realidade socialmente compartilhada. Fantasia social capaz de produzir uma “objetividade fantasmática” que tem um nome próprio: ideologia”. (Zizek, 1991:188). Nessa afirmação, Zizek aponta a astúcia que transforma uma fantasia na alegada realidade ou em verdade última desvinculada da história da comunidade. A fantasia estende o seu manto sobre a realidade social, atendendo às premissas de um tipo de historiografia que obtura os antagonismos reais, procurando preencher todos os espaços e desmentir a negatividade do sujeito. Atualmente, consideramos que a fantasia que intensifica a alienação social refere-se àquela que abarca as promessas do capitalismo, momento histórico que quer ser considerado como perene e ideal.

Enunciados aparentemente antagônicos refletem o *imaginário social* sobre o adolescente e o jovem da atualidade ora para exaltá-los, ora para lastimá-los. Ressaltam o fascínio e a exaltação pela juventude associada aos atributos de beleza, vigor sexual, domínio das linguagens tecnológicas, midiáticas e da informática; supõem que nesse período ambicionado impera a pura felicidade. Esses enunciados sociais expressam a idéia de que os jovens estão alheios ao sofrimento, em estado de pura satisfação narcísica sem leis ou limites. Passam a ser o ideal dos adultos que almejam essa posição imaginada. Fica evidente o distanciamento, ou mesmo a quebra da identificação da geração anterior com a atual, dinâmica relacional que produz desdobramentos importantes.

O desaponto com essa expectativa tem duas facetas: de um lado, o incômodo com a aparente apatia, o desinteresse ou a indiferença do jovem com o que o cerca – desde a família, a escola, as questões sociais e políticas – e, de outro lado, o impacto frente às violências que eles protagonizam ou sofrem. Dois aspectos que têm o efeito de contribuir para que a colagem arbitrária dos termos *adolescência* e *felicidade* transfiram-se para outra: *adolescência* e *violência*. Está inserido nessa colagem o debate que se tem instalado com ênfase nos discursos do âmbito judicial aliados a discursos médico-psiquiátricos, que podem criminalizar e/ou patologizar os adolescentes, preocupados que estão em responder a uma demanda de ordem e segurança da população. Tais discursos têm focalizado o

reaparecimento das figuras da periculosidade e da irrecuperabilidade – dos ‘intratáveis’ –, implícitas em diagnósticos como o de transtorno de personalidade antissocial ou no prolongamento da internação e/ou internação em estabelecimentos especializados de saúde como via de gestão do ato infracional na infância e adolescência (Vicentin & Rosa, 2009; Rosa & Vicentin, 2010).

Para amplos setores da sociedade e da mídia, falar em “políticas públicas de juventude” passa a ser, então, falar simplesmente em estratégias de controle. Tal dinâmica não pode levar a outra coisa que não à recusa por parte da juventude das soluções que lhe são propostas pela sociedade política e adulta. Além disso, amplia o seu distanciamento e dificuldades de inserção e participação social positiva (Instituto Cidadania, 2004). Consideramos relevante problematizar esse imaginário social com as contribuições da psicanálise e propor a superação de uma abordagem da juventude advinda do discurso da defesa social, para dar lugar a políticas e práticas interdisciplinares que propiciem ao jovem a possibilidade de fundar seu novo lugar no campo social.

2. A adolescência e sua identificação e inserção no grupo social: implicações do imaginário social

A adolescência, para a psicanálise, não é caracterizada isoladamente pela idade, por comportamentos ou personalidade, mas refere-se a um *intenso trabalho psíquico, subjetivo e relacional*. Este, geralmente desencadeado pela entrada na puberdade, é trabalho necessário para recolocar a criança para além do espaço familiar, possibilitando o engajamento nos campos social e afetivo-sexual, bem como uma tomada de posição frente aos impasses no encontro com o outro, particularmente com o outro sexo. O processo é trabalhoso, marcado por processos de luto pela perda das posições já conquistadas (relação com o corpo, com a família e meio social) e varia muito em intensidade, momento disparador e consequências na interação familiar, amorosa e social. Assim, *há várias adolescências* – cada adolescente expressa uma adolescência singular – *e não uma adolescência*, um único perfil que nos faz crer que conhecemos antecipadamente o jovem e seu contexto.

A atenção à adolescência como um período particular da vida que reúne características específicas é relativamente recente na história político-social, iniciada na modernidade. A ausência de lugares sociais pré-definidos para o jovem e a complexidade crescente da entrada no mundo do trabalho, exigindo qualificação e longa formação escolar, passam a adiar a entrada do jovem nesse mundo e a exigir definições quanto aos valores e regras que adotará, além de que saiba quem é e o que espera da vida. Em contrapartida, oferece a promessa de poder escolher seu modo de inserção social.

Convocado a saber sobre si mesmo, o sujeito “vê-se obrigado a substituir as formações coletivas das que se acha excluído por suas próprias formações sintomáticas” (Freud, 1921:103). Na adolescência, o sujeito é instado a tomar uma posição discursiva, estabelecendo lugares para o seu desejo e gozo. Nessa operação psíquica ele está às voltas com a construção de uma narrativa sobre sua origem, incluindo a alienação e a separação do campo do Outro, diz Poli (2003), construção nem individual, nem social, “pois as narrativas de origem podem ser abordadas tanto do lado da cultura (ou do Outro) como do lado do sujeito” (2003, p. 84).

Assim, na adolescência, novas operações se processam para fazer valer outro discurso, além do familiar: operações que possibilitam o pertencimento e reconhecimento do jovem como membro do grupo social e que dependem das condições e estratégias oferecidas pelo grupo social. Esse processo se dá no laço social, laço discursivo que nesse momento de constituição subjetiva pode promover mudanças estruturais e/ou vinculações a laços sociais perversos ¹. Ou seja, os laços sociais/discursivos incidem nas e produzem subjetividades, o sentido do ato, do dito e do seu desejo. Trata-se de pensar de que modo os sistemas ou discursos capturam o sujeito adolescente, e de indicar a ordem social de seus sintomas. O sujeito confronta-se com a incongruência do discurso social sobre si – à sua demanda de reconhecimento no campo social o jovem depara-se com um campo pré-determinado para as identificações e com a desigualdade de forças recalcada sob a demanda

¹ É reatualizada a cena da sedução, que encena o assujeitamento ao desejo do Outro, agora não mais tematizado pelo desejo da mãe ou pela Lei do pai, mas pela identificação com um lugar na organização social oferecida, nova versão do pai, poderosa, pois desencarnada, mas ainda discurso, com seus ditos e não-ditos.

social de que ele escolha seu lugar. O processo adolescente é desencadeado quando o sujeito é defrontado com a insuficiência do campo simbólico (Matheus, 2007).

Esses são componentes que sustentam o *desamparo discursivo*, ingrediente concomitante ao modelo econômico neoliberal caracterizado pela fragilização das estruturas discursivas que suportam o vínculo social, no que rege a circulação dos valores, ideais e tradições de uma cultura. Na adolescência, o desamparo discursivo, as incongruências e forças não-ditas do campo social expõem o sujeito ao risco de confrontação com o traumático - aquilo que está fora de sentido. A exposição traumática é dupla: por um lado, sua ocorrência é facilitada; por outro lado, os recursos necessários à elaboração do trauma encontram-se diminuídos, promovendo efeitos de desubjetivação (Rosa, 2004).

Sob essa perspectiva, o adolescente assemelha-se a um imigrante que ainda não encontrou seu próprio lugar. Como este, seu dilema situa-se entre a *ânsia identitária* – uma identidade social pela qual possa ser reconhecido e que o estabilize no laço com o outro – e a *ânsia desejante* – que lhe abre novas experiências e possibilidades até então adiadas por promessas de realização posterior. Nesse sentido, Aulagnier (1979) afirma que o discurso social projeta sobre o infans a mesma antecipação que é própria do discurso parental; o grupo pré-investirá o lugar que o sujeito ocupará, na esperança de que ele transmita, de forma idêntica, o modelo sociocultural. O sujeito deve encontrar nesse discurso referências que lhe permitam projetar-se no futuro para que o afastamento do primeiro suporte (familiar) não se traduza em perda de todo suporte identificatório, o que ocorre muitas vezes. Outros aderem a identidades que lhes são atribuídas.

Consideramos que a adolescência “expõe a cena social presente na base da cena familiar, até então encarregada de fazer operar as funções maternas e paternas para a constituição subjetiva”². (Rosa, 2002:231).

Dessa forma, deve-se levar em conta que os processos do adolescente não se referem apenas à confirmação de certa estruturação subjetiva fixada e *a priori*. O

² Exercer essas funções esteve articulado aos lugares fálicos atribuídos, ou não, aos membros daquela família, daquela classe social, naquele momento cultural. Sua eficácia não é independente desses fatores, pois a família é, ao mesmo tempo, o veículo de transmissão dos sistemas simbólicos dominantes e a expressão, em sua organização, do funcionamento da classe social, do grupo étnico ou religioso, em que está inserida.

adolescente reinscreve-se no laço social, superando, conservando e revelando o histórico do sujeito e conferindo-lhe novas significações. As ações ou acidentes, realizações, frustrações, encontros, desencontros, ou seja, os discursos e acontecimentos no campo social promovem reorganizações estruturais importantes no adolescente. Os efeitos na subjetividade da entrada do jovem na cena social levam em conta pelo menos dois aspectos: as operações subjetivas e sociais necessárias à passagem da cena familiar à cena social, e o encontro problemático entre esses processos de subjetivação dos adolescentes e os fundamentos do contrato social. Nessa medida, a constituição subjetiva e os sintomas que produz estão vinculados à inserção social, campo do Outro, em que o adolescente busca inscrever-se.

Em suma, há resistências, presentes no jogo imaginário e simbólico, que se interpõem à entrada do adolescente e do jovem na cena social, considerando suas posições e seu potencial de transformação. A pregnância imaginária dos enunciados sociais pode ser um impeditivo para o posicionamento dos jovens.

Podemos inverter a preocupação/medo da adolescência/juventude, considerando que os enunciados do imaginário social atual sobre o adolescente aqui indicados produzem um modo de evasão da responsabilização da estrutura social em relação ao jovem. Os conflitos sociais são deslocados para o adolescente e para o jovem que, por sua vez, são sensíveis e denunciam com seus conflitos os componentes não-ditos do social e político, sua falácia e opressão sobre o jovem, principalmente àquele que pretende entrar ou alterar a estrutura sócio-política já posta.

Ler os discursos sobre a adolescência no seu avesso é inverter o enunciado do imaginário social desta forma: é o abalo dos fundamentos do contrato social, aliado à perda de um discurso de pertinência e de um lugar social, que promove a desorganização subjetiva decorrente da emergência daquilo que está fora do sentido e da significação. Esses efeitos geram sofrimento nos jovens, sofrimento cuja forma de expressão é dificultada pelo desamparo discursivo, o que dificulta sua possibilidade de elaboração simbólica ao que é vivido como traumático.

As concepções acima adotadas criticam a construção social da figura do adolescente e do jovem coesa ao imaginário social. Vamos problematizar a temática da adolescência e

as dimensões do ato, assim como a concepção de violência, para oferecer outros pressupostos na contribuição para a construção de políticas públicas para a Juventude.

3. A adolescência e as dimensões do ato

A história do jovem com transgressões à ordem social e à política vigente percorre uma trajetória que fez dele tanto massa de manobra nas guerras, como personagem central em transformações políticas e sociais³. A juventude porta a crítica e a inconformidade ao instituído; inquieta-se, não se conforma facilmente com a quebra das promessas da infância de ter um lugar relevante na estrutura social.

Tem-se observado um subterfúgio para tornar palatáveis os adiamentos: a independência da pertença do jovem entre aspectos socioeconômicos e afetivo-sexuais. Pode-se hipotetizar que a condescendência atual com a vida sexual tem como correspondente o adiamento da sua pertença no campo produtivo e /ou do poder, estendendo o seu conflito com o campo social.

Outro exemplo no nosso meio pode ocorrer na relação educação-trabalho. A promessa ao jovem de uma entrada no campo social, caso ele complete o segundo grau, tem destinos diferentes nas classes sociais. Aqueles que tiveram maiores oportunidades vão às universidades, vendo mais uma vez adiada sua participação na vida econômica. No entanto, o enorme contingente de jovens que fica às portas dos vestibulares constata a ineficácia de seus esforços.

Diante da constatação da falácia das promessas anteriores e de novos pedidos de adiamentos, muitas vezes o jovem responde com o ato. Deve-se situar a função do ato na adolescência — momento de um sujeito em constituição — e os seus efeitos no campo social em seus aspectos ideológicos e políticos.

Consideramos que a referência ao Outro, ao simbólico, ainda que norteie o sujeito, não é suficiente para marcar uma posição a partir de seu desejo e construir uma trajetória singular. É o ato que dá estatuto subjetivo, funda, legitima a subjetividade, lembra Melman

³ Ver a esse respeito Ariès (1981).

(1992) ⁴. O pertencimento pode se mostrar antagônico aos ideais do campo social dominante. A desidealização das referências familiares e a constatação da falácia das promessas sociais levam o sujeito a ter que inventar suas próprias soluções.

No laço com o outro emerge o ato que parte de uma intenção, mas, uma vez desencadeado, tem efeito imponderável no próprio sujeito, no objeto e no discurso do Outro sobre si. Uma vez iniciado, pode desencadear, em si e no outro, efeitos imprevistos quanto ao grau e à intensidade de emoções e de agressividade que desperta ⁵.

Importante para esta discussão é que o *efeito do ato no discurso social* transcende ao ato em si ou sua consequência e diz respeito ao lugar que aquele que age ocupa no desejo daquele que profere o discurso. Assim, dependendo da posição social do jovem, as qualificações serão diversas; o discurso, carregado de expectativas culturais, qualifica diferentemente um ato ou seu autor como criativo, desobediente, delitual, como sinal de delinquência. Assim sendo, destacamos incisivamente que o que muitas vezes é definitivo para nomear o ato como delinquente diz respeito menos ao ato em si, sua gravidade, do que a leituras sociais preestabelecidas sobre o autor (ator) do ato. Essa questão está em jogo na criminalização ou patologização perpétuas no caso de adolescentes autores de ato(s) infracional(ais), geralmente oriundos das camadas da população menos favorecidas economicamente.

São diversos os estudos e pesquisas em nosso país que nos informam que nos corpos dos jovens pobres se inscreve um imaginário vinculado à “delinquência” e à violência, e, ao mesmo tempo, a uma realidade de mortes violentas ⁶, sendo paradigmática a posição que assume, nesse contexto, a juventude em conflito com a lei: alvo sistemático da vitimização letal, de tortura e de maus tratos nas instituições de internação. (Anistia

⁴ O ato atravessa o plano simbólico e cria uma cena no real, um acontecimento, que marca a sua presença encenando seu desejo e abrindo a possibilidade de ser falado pelo Outro. Trata-se de um apelo de pertencimento ao campo social com uma posição particularizada.

⁵ Ou, dito de outro modo, o ato, qualquer ato, pela distância do eu e proximidade à pulsão, traz sempre um risco e está sempre ligado à sexualidade, em sua qualidade infantil e perversa. Dessa forma, a implicação do sujeito com o ato se dá *a posteriori*, quando, falado pelo Outro, pode retornar ao sujeito encadeado, associado a algo de seu desejo.

⁶ Nas últimas duas décadas, no Brasil, os avanços da violência homicida se devem ao elevado incremento de mortes violentas na juventude, especialmente o de homicídios: em 1980, 30% dos jovens que morreram foram assassinados; em 2002, a porcentagem pulou para 54,5%. Ainda, entre 1991 e 2000, a taxa de homicídios para a população em geral cresceu 29%, mas entre os jovens chegou a 48% (Waiselfisz, 2002).

Internacional, 2000; Adorno, Lima & Bordini, 1999; Soares, 2000; Diógenes, 1998; Oliveira, 2001; Teixeira; 2001; Vicentin, 2005; Bocco, 2009).

A imputação sistemática da violência à juventude, não incide só sobre os jovens infratores, mas em estigmatizações crescentes sobre os movimentos juvenis populares, condenando-os à invisibilidade ou à proscricção, reduzindo-os à imagem ameaçadora do crime e da delinquência, como é o caso dos bailes *funk* e do rap (Arce, 1999; Herschmann, 2000). Esses processos produzem práticas de fragmentação e fixação dos adolescentes e jovens a espaços de exclusão e controle na mesma medida da redução das políticas sociais a eles dirigidas. Na direção da patologização, vimos detectando uma crescente utilização do aparato “psi” na gestão das problematizações e dos conflitos que setores da juventude vêm colocando ao campo social. Discursividade “renovada”, portanto, quanto à periculosidade, que adquire conotações que facilitam a extensão e difusão do seu uso, cada vez mais subordinado às exigências de “defesa social”. A colocação do sujeito como portador de ‘transtorno de personalidade’, traço “quase incurável”, dificulta que ele se reconheça com suas determinações inconscientes e sócio-históricas e que faça laço social, porque está numa posição absolutamente objetificada (Rosa & Vicentin, 2010).

Essa previsão torna-se mais problemática quando se trata de adolescentes, pois diversos e consistentes estudos sobre adolescência indicam que a patologização desses sinais na adolescência tende, por produzir identificações imaginárias, a precipitar o comportamento indesejado.

Tais “demandas” dirigidas ao campo da saúde mental acompanham uma tendência à patologização de setores da juventude pobre, isto é, uma forma de encobrir como doença mental determinados processos sociais que discriminam a pobreza e encobrem o desinvestimento da sociedade em relação a esses jovens. E indicam também o que é necessário: problematizar as diretrizes terapêuticas sempre que estejam atreladas à lógica individualista ou quando busquem responder às exigências de defesa social e ampliar o olhar e a ação para a complexa, e muitas vezes restrita, trama na qual esses jovens se inserem socialmente.

Essa psiquiatrização impede a leitura dos fenômenos sociais de exclusão e de vulnerabilidade social que são também determinantes do ato infracional. Nessa posição de

expulso, o sujeito perde sua visibilidade na vida pública, não tem voz, entra no universo da indiferença. Trata-se de uma estratégia de controle social que lança os jovens na posição de *vida nua*: a vida que pode ser descartada, pois foi empurrada para fora dos limites do contrato social e da humanidade (Agamben, 2002). A psiquiatrização dos adolescentes caminha, assim, em consonância com o paradigma emergente de gestão dos chamados *indesejáveis* e *perigosos*, marcado pela radicalização da política punitiva como resposta ao aumento da desigualdade social, da violência e da insegurança (Kolker, 2005). Se a juventude concentra parte significativa da violência física e das dinâmicas criminais hoje vivenciadas pelo conjunto da sociedade, o saldo de tal lógica é previsível e conhecido: cada vez mais os jovens e as jovens do país vêm-se associados também - e antes de tudo - à violência e expostos, por isso, à desconfiança pública. O debate público sobre as políticas e iniciativas governamentais e sociais que deveriam beneficiá-los é reduzido aos seus aspectos de segurança.

4. Reflexões sobre os campos social, político e subjetivo referido à juventude: por um outro modelo

A garantia de bem-estar social, quando este é tomado como a eliminação do conflito, é uma ilusão perigosa. Em nome dessa ilusão e da eliminação do mal-estar, pode-se exercer a violência institucional que exige sacrifício de todos – ou, mais exatamente, dos mais sacrificáveis (Agamben, 2002), que pagam o preço da civilização. Eleger sacrificáveis desvirtua a condição da civilização de suportar o mal-estar das diferenças, que obriga a estabelecer laços sociais para criar instâncias novas. O evitamento do conflito é operado por estratégias de ilusão, pela ocultação dos processos e pelas identificações. Domina-se de formas mais sutis que a guerra, a guerra sem nome que se instala no campo social, com novas figuras de “soldados”. Cria-se uma modalidade de ilusão que visa a uma sociedade perfeita com suposta igualdade, que persegue o bem-estar social. Segundo Guidens (2002), isso resulta em grandes contingentes de segregados da vida social, já que facetas humanas que possibilitam criar um sentido para a vida são excluídas sob o nome de loucura ou criminalidade. Nessa direção, Bauman (1988) analisa o atravessamento do bem-estar social na era do consumo, pela produção de estranhos – definidos como aqueles que não

consomem. Diz que “A individualização do crime e a idéia de classes sociais inteiras tomadas como perigosas geram a articulação do bem-estar às prisões.” Cabe-nos também criticar o apelo excessivo às leis como recurso para lidar com conflitos sociais (Zizek, 1992:63).

O campo social é um campo de forças e interesses antagônicos, complexo e conflituoso... No entanto, ao se lidar com esse contexto, observam-se a fragmentação e a oposição entre os discursos que se rivalizam pelo poder sobre a criança, o adolescente, a família; promovem-se, por vezes, relações inconsistentes ou segmentam-se as práticas de intervenção social, seja no campo da saúde, da educação ou no campo jurídico. O conhecimento sobre os indivíduos ignora o contexto de vida do jovem e impõe patologias, retirando do sujeito a efetividade do seu discurso e de sua denúncia.

Os discursos e práticas sociais sobre as políticas referidas à juventude devem cuidar para não participar desse processo cientificista. Cuidar do sofrimento psíquico deslocado dos impactos do sofrimento social, da exploração social, cria uma série de distorções que possibilitam que políticas gestadas com objetivos progressistas sejam transformadas em práticas opressivas. E os discursos da saúde podem associar-se aos da justiça para calar o *phatos* do sujeito e garantir aparente bem-estar — neste caso, as práticas e discursos sociais tornam-se violentos, como vimos na criação de imaginários sobre a adolescência (Rosa & Vicentin, 2010).

Nesse sentido, é fundamental salientar que o processo de implantação das políticas faz parte do problema e deve estar atento ao mal-estar e a outras lógicas que a passagem da abstração, que é intrínseca à proposta, para um contexto específico, pode indicar. Apontamos dimensões para uma prática que articule desejo e política, que propicia e considera a diversidade e potencialidade do jovem e sua possibilidade de fundar seu novo lugar no campo social ou de refundar um campo social que o inclua.

REFERÊNCIAS

- Adorno, Sergio; Lima, Renato Sérgio e Bordini, Eliana Blumer Trindade (1999). *O adolescente na criminalidade urbana em São Paulo*. Brasília, Ministério da Justiça/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.
- Agamben, Giorgio (2002). *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG.
- Anistia internacional (2000). Brasil. *Desperdício de vidas. FEBEM-SP. Crise de direitos humanos e não questão de segurança pública*. Secretariado Internacional, Londres.
- Ariès, Philippe (1981). *História social da criança e da família*. R. Janeiro: Ed. Guanabara.
- Arce, Jose Manuel Valenzuela (1999). *Vida de barro duro: cultura popular juvenil e grafite*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- Aulagnier, Piera (1979). *A violência da interpretação*. Rio de Janeiro: Imago.
- Bauman, Zygmunt (1988). *O mal-estar na pós-modernidade*. São Paulo: Zahar.
- Bocco, Fernanda (2009). *Cartografias da infração juvenil*. Porto Alegre: Abrapso Sul.
- Bourdieu, Pierre (1983). *A “juventude” é apenas uma palavra! Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero. (pp. 112-121).
- Castel, Robert (1987). *A gestão dos riscos. Da anti-psiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- Castoriadis, Cornelius (1988). *Los dominios del hombre*. Barcelona, España: Gedisa.
- Diógenes, Glória Maria dos Santos. (1998). *Cartografias da Cultura e da Violência. Gangues, galeras e o movimento Hip Hop*. São Paulo: AnnaBlume, 1998.
- Freud, Sigmund. (1974). *O mal-estar na civilização*. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas. Rio de Janeiro: Imago, 1921.
- Guidens, Anthony (2002). *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.
- Herschmann, Micael (2000). *O funk e o hip-hop invadem a cena*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Instituto Cidadania. (2002). *Projeto Juventude*. Documento de conclusão.

- Kolker, T. (2002) “A tortura e o processo de democratização brasileiro”. In: Rauter, C; Passos, E. E Benevides, R. (Org.) *Clínica e Política. Subjetividade e violação de direitos humanos*. Rio de Janeiro: Te Cora/Instituto Franco Basaglia.
- Kolker, T. (2002) “A tortura e o processo de democratização brasileiro”. In: Rauter, C; Passos, E. E Benevides, R. (Org.) *Clínica e Política. Subjetividade e violação de direitos humanos*. Rio de Janeiro: Te Cora/Instituto Franco Basaglia.
- Matheus, Thiago (2007). *Adolescência*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Melman, C. (1992). *Alcoolismo, delinquência e toxicomania*. S. Paulo: Escuta
- Oliveira, Carmen Silveira (2001). *Sobrevivendo no inferno: a violência juvenil contemporânea*. Porto Alegre: Sulina.
- Poli, Maria Cristina (2003). “Os tempos do sujeito e do Outro: narração, discurso e pulsão”. In: *Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas*. São Paulo: IPUSP, 2o. sem., v. VIII, pp. 82-93.
- Rosa, Miriam Debieux (2002). Adolescência: da cena familiar à cena social. *Revista Psicologia USP*, 13, 227-241.
- _____ (2004). Escutando vidas secas. In: Associação Psicanalítica de Porto Alegre (Org.). *Adolescência: um problema de fronteiras*. Porto Alegre, p. 1-236, 2004.
- _____ (2009). *Histórias que não se contam. O não-dito na psicanálise com crianças e adolescentes*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Rosa, Miriam Debieux & Vicentin, Maria Cristina (2010). *Os intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade*. Inédito.
- Soares, Luis Eduardo (2000). Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência. In: Pereira, Carlos Alberto Messeder; Rondelli, Elizabeth; Schollhammer, Karl Erik; Herschmann, Micael (Orgs.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Teixeira, Maria de Lourdes Trassi & Vicentin, Maria Cristina Gonçalves (2001). O futuro do Brasil não merece cadeia. *Revista Ciência Hoje*. SBPC, 17, (30), 18-21.
- Vicentin, Maria Cristina (2005). *A vida em rebelião: histórias de jovens em conflito com a lei*. São Paulo: Hucitec/Fapesp.
- _____. & Rosa, Miriam Debieux (2009). Transtorno mental e criminalidade na adolescência: notas para uma análise crítica da patologização do adolescente autor de ato infracional. *Revista IBCCRIM*, 78; *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 17 (78), 320-349.

Waiselfisz, Julio Jacobo (2002). *Mapa da violência III: os jovens no Brasil*. Brasília: UNESCO/IAS/ Ministério da Justiça (SEDH).

Zizek, Slavoj (1992). *Eles não sabem o que fazem*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (1991). *O mais sublime dos histéricos*. Rio de Janeiro: Zahar.